



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

149 8

PROCESSO Nº: 00101/18

INTERESSADO: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JÚLIO MESQUITA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO / EXERCÍCIO 2017

PARECER CONCLUSIVO

A Prestação de Contas identificada pelo número de processo acima se encontra em conformidade com a destinação dos recursos repassados por esta Diretoria de Ensino – Região de Marília conforme dados abaixo. Esta foi analisada de acordo com as seguintes orientações: (I) Termo de Colaboração; (II) Plano de Trabalho; (III) Instruções nº 02/2016, alterada pela Resolução nº 03/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e (IV) legislação vigente.

I – A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;

A instituição beneficiária atestou por meio do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral emitido pelo site da Fazenda Federal (vide folha nº 39 do Processo de Credenciamento nº 01434/16) a sua localização e regular funcionamento à Av. Porphirio de Barros Cavalcante, 113, Bairro Ouro Branco, Júlio Mesquita/SP, CEP: 17.550-000.

Os fins e objetivos da APAE estão discriminados no artigo 9º do ESTATUTO DA APAE DE JÚLIO MESQUITA (vide folha nº 08 do Processo de Credenciamento nº 01434/16).

ESTATUTO DA APAE DE JÚLIO MESQUITA

Artigo 9º - São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

- I) Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II) Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
- III) Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- IV) Oferecer serviços na área de saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

150

II – Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos;

Número Nota de Empenho	Datas	Fontes de Recursos	Valores
2017NE00110	01/01/2017	005003002	R\$ 38.500,00
TOTAL			R\$ 38.500,00

Datas	Ordem Bancária	Valores
06/03/2017	2017OB10271	R\$ 12.833,00
07/06/2017	2017OB43420	R\$ 12.833,00
15/09/2017	2017OB77055	R\$ 12.834,00
TOTAL		R\$ 38.500,00

Mês Referência	Valor
Janeiro/2017	R\$ 0,00
Fevereiro/2017	R\$ 0,00
Março/2017	R\$ 54,79
Abril/2017	R\$ 31,33
Maió/2017	R\$ 9,15
Junho/2017	R\$ 37,03
Julho/2017	R\$ 31,24
Agosto/2017	R\$ 7,31
Setembro/2017	R\$ 21,01
Outubro/2017	R\$ 45,81
Novembro/2017	R\$ 16,75
Dezembro/2017	R\$ 4,04
TOTAL	R\$ 258,46

III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

A prestação de contas compreende o período de 01/01/2017 a 31/12/2017 conforme CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Vigência do Termo de Colaboração. Recebemos a prestação de contas do ente beneficiário em 31/01/2018.

Não houve sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

1518

IV – Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;

O Plano de Trabalho previa a aplicação de R\$ 38.500,00 com o repasse estadual e houve saldo de aplicação financeira no valor de R\$ 258,46.

Conforme ANEXO RP-14, o município aplicou no objeto do convênio: R\$ 38.546,07, e o saldo remanescente não aplicado, no valor de R\$ 212,39, foi devidamente estornado em 25/04/2018, após notificação (vide folhas nºs 143 a 147)

V – A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para a utilização em exercício subsequente;

Houve devolução de saldo, no valor de R\$ 212,39, porém não houve glosas nem autorização formal para a utilização em exercícios subsequentes.

VI – Se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

As atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas e estabelecidas no Plano de Trabalho, bem como os resultados alcançados, conforme Plano de Atividades Desenvolvidas – Janeiro a Dezembro – 2017 (vide folhas nºs 12 a 24) e Relatórios dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas autuados no Processo de Credenciamento nº 01434/16:

Relatórios dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas	Páginas
Recebido em 26/05/2017	362 a 387
Recebido em 28/08/2017	396 a 427

VII – O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

As cláusulas pactuadas em conformidade com: a Lei nº 13.019/2014, a qual estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; o Decreto nº 62.294/2016, que autorizou a Secretaria da Educação a representar o Estado; e a Resolução SE 26/2017, a qual o Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação delegou aos Dirigentes Regionais de Ensino a assinatura e as prorrogações dos referidos instrumentos, foram cumpridas durante a vigência do Convênio.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

1528

VIII – A regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestadas pelo órgão/entidade concessor(a);

O órgão concessor atesta que os recursos públicos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, com o Termo de Colaboração e com o respectivo Plano de Trabalho, e, conforme Demonstração do Resultado do Exercício/2017 (vide folhas nº 54 a 57) os gastos foram perfeitamente contabilizados.

IX- A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Aplicável somente aos casos de repasses públicos a entidades do Primeiro Setor.

X – Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem;

As cópias dos documentos de despesas possuem a identificação da entidade beneficiária, e constam carimbo com a identificação do tipo de repasse e do órgão repassador a que se referem.

XI – A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

O órgão concessor atesta a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas realizados pelo ente beneficiário, conforme Certidões Negativas de Débitos referentes aos Tributos Federais e ao FGTS (vide folhas nºs 59 e 60).

XII – O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

A execução do Convênio firmado atendeu aos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público.

XIII – A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público (a) concessor (a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis;

O órgão concessor informa que até a data da elaboração deste parecer não consta funcionamento regular do sistema de controle interno.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

1538

XIV – Indicação quanto à realização de visita *in loco* pelo órgão ou entidade concessor(a), quando houver.

Foram realizadas duas visitas *in loco* pelo órgão concessor durante a vigência do Termo de Colaboração, conforme Termos de Visitas autuados no Processo de Credenciamento nº 01434/16:

Data Termo de Visita	Data da Visita	Páginas
1º - 24/05/2017	24/05/2017	388 e 389
2º - 25/08/2017	25/08/2017	428 e 429

Marília/SP, 26 de abril de 2018.

IVANILDE ELIAS ZAMAE
Dirigente Regional de Ensino